O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 22 | Nº 64 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.15258778

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

"NÃO BASTA NÃO SER RACISTA, É PRECISO SER ANTIRRACISTA": UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR[1]

Luciano Nascimento Corsino[2]

Danieri Ribeiro da Rocha[3]

Resumo

Este estudo amplia a discussão sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e a educação para as relações étnico-raciais (ERER) na educação física escolar (EFE), analisando a emergência do antirracismo na produção acadêmica da pós-graduação brasileira, apresenta a seguinte pergunta de pesquisa: Como o conceito de antirracismo está inserido no campo da EFE a partir dos programas de pós-graduação brasileiros? A pesquisa segue uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) com inspiração no protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). A busca foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações (CAT) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), dos 218 trabalhos encontrados, foram excluídos os duplicados, os que não tinham aderência ao tema e os que não estavam disponíveis para download, restando 4 dissertações para análise. Para interpretar e sintetizar os dados, utilizamos a análise de conteúdo comparada com apoio de gráficos e tabelas, permitindo avaliar diferentes abordagens do antirracismo na EFE e construir a redação da revisão. Os resultados indicam crescimento nas pesquisas sobre ERER e EFE nos ultimos anos. Como contribuição, são apontados seis pilares para uma EFE antirracista: Feminismo Negro, Educação Quilombola, Educação Decolonial, Justiça Social, Equidade Racial e a implementação da Lei 10.639/03. O estudo destaca a relevância de currículos e práticas pedagógicas voltadas para a promoção da equidade racial, enfatizando a potência da incorporação do conceito de antirracismo na investigação em EFE.

Palavras-chave: Diáspora Africana; Equidade Racial; Justiça Social; Negritude; Revisão de Literatura.

Abstract

This study expands the discussion on the teaching of Afro-Brazilian history and culture and education for ethnic-racial relations (EERR) in school physical education (PE), analyzing the emergence of anti-racism in academic production within Brazilian postgraduate programs. It presents the following research question: How is the concept of anti-racism incorporated into the field of PE within Brazilian postgraduate programs? The research follows a Systematic Literature Review (SLR) inspired by the PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) protocol. The search was conducted in the Theses and Dissertations Catalog (TDC) of the Brazilian Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Out of 218 studies found, duplicates, those unrelated to the theme, and those unavailable for download were excluded, leaving four dissertations for analysis. To interpret and synthesize the data, we used content analysis combined with graphical and tabular representations, allowing us to evaluate different approaches to anti-racism in PE and construct the review text. The results indicate a growth in research on EERR and PE in recent years. As a contribution, six pillars for an anti-racist PE are identified: Black Feminism, Quilombola Education, Decolonial Education, Social Justice, Racial Equity, and the implementation of Law 10.639/03. The study highlights the importance of curricula and pedagogical practices aimed at promoting racial equity, emphasizing the power of incorporating the concept of anti-racism into research in PE.

Keywords: African Diaspora; Literature Review; Negritude; Racial Equity; Social Justice.

[1] O presente trabalho foi realizado com o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

[2] Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: lucianocorsino@gmail.com

[3] Graduada em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). E-mail: danierirribeiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

A aproximação entre educação e relações étnico-raciais tem sido amplamente debatida nas últimas décadas, especialmente no que se refere à construção de práticas pedagógicas que promovam a equidade racial. No campo da EFE, essa discussão se torna cada vez mais relevante, uma vez que enquanto componente curricular desempenha um papel significativo na socialização e na formação dos(as) estudantes. O presente estudo tem como tema a presença do conceito de antirracismo na produção acadêmica da EFE, buscando compreender como essa perspectiva tem sido abordada na pós-graduação brasileira.

A justificativa para esta pesquisa se baseia na necessidade de aprofundar o entendimento sobre a aplicação do antirracismo no contexto da EFE, considerando que o racismo permeia diversas dimensões da sociedade, incluindo o ambiente escolar. Apesar dos avanços promovidos por políticas afirmativas e legislações voltadas à equidade racial, como a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, há desafios na efetivação dessas diretrizes nas práticas pedagógicas. No campo da EFE, a incorporação de uma abordagem antirracista ainda é pouco explorada, tornando fundamental investigar como esse conceito tem sido desenvolvido e aplicado neste campo de investigação.

Diante desse cenário, o objetivo deste trabalho é identificar a emergência do conceito de antirracismo como *lócus* de análise das práticas pedagógicas evidenciadas na produção acadêmica da pós-graduação brasileira. Para isso, foi construída a seguinte pergunta de pesquisa: Como o conceito de antirracismo está inserido no campo da EFE a partir dos programas de pós-graduação brasileiros?

O marco conceitual desta pesquisa se apoia em estudos que abordam a educação antirracista nas práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial. A compreensão do antirracismo como princípio pedagógico e político orienta a análise das pesquisas acadêmicas, permitindo identificar as abordagens teórico-metodológicas utilizadas na área. Além disso, são considerados os impactos das políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial na educação e seus reflexos na EFE.

Para responder à questão de pesquisa, foi adotada a metodologia da Revisão Sistemática de Literatura (RSL)**,** com inspiração no protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*). Esse método permite reunir e analisar estudos acadêmicos de forma rigorosa e estruturada, garantindo transparência e reprodutibilidade na seleção dos materiais. Para interpretar os dados, utilizamos a análise de conteúdo comparada com apoio de gráficos e tabelas, permitindo avaliar diferentes abordagens do antirracismo na EFE e construir a redação da revisão.

A revisão sistemática possibilitou identificar as tendências da produção científica sobre antirracismo na EFE, evidenciando lacunas e apontando caminhos para futuras pesquisas na área. Ao

adotar essa abordagem, este artigo pretende contribuir para o debate sobre a construção de uma EFE comprometida com a equidade racial, oferecendo um panorama sobre a inserção do antirracismo na produção acadêmica brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

"Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista". A máxima atribuída à intelectual feminista e ativista pelos direitos civis norte-americana Angela Davis, passou a ser conhecida e difundida no Brasil nos mais variados espaços. Os seus discursos cativantes, bem como a tradução de livros como *Women, Race & Class* (DAVIS, 1981) e *Freedom is a constant struggle: Ferguson, Palestine, and the foundations of a movement* (DAVIS, 2016) que discutem as diversas formas de resistência de mulheres e homens negros aos processos de opressão racial e de gênero no contexto da escravidão e das lutas pelos direitos civis são representativas de como a autora anuncia que não ser racista não é o suficiente para o combate às múltiplas formas de opressão, ao contrário, apenas se combate o racismo com ações concretas.

Ao corroborar e dialogar com as ideias da intelectual feminista, o pesquisador Ibraim Kendi (2019, p. 29) assinala que racista é "alguém que apoia uma política por meio de ações ou inações, ou expressando ideias racistas", ao mesmo tempo, o autor apresenta o contraponto, indicando que antirracista é "alguém que apoia uma política antirracista por meio de ações ou expressando ideias antirracistas".

Junto à Angela Davis e Ibraim Kendi, somam-se muitas outras intelectuais responsáveis por denunciar o racismo como um sistema ideológico de discriminação baseado na ideia de raça contra a população negra nos mais variados países afro-diaspóricos. No Brasil, intelectuais como Guerreiro Ramos (1954), Clóvis Moura (1959), Florestan Fernandes (1965), Abdias do Nascimento (1978), Luiza Bairros (1995), Lélia González (2020), Kabengele Munanga (2020) Sueli Carneiro (2023) e tantos(as) outros(as) evidenciaram o racismo brasileiro e os seus mecanismos próprios de ação.

González (2020) diferenciou o racismo brasileiro do norte-americano e o nomeou de "racismo por denegação", aquele cujo as ideias foram responsáveis por afirmar uma falsa democracia racial no país. O racismo por denegação está diretamente relacionado à negação do pertencimento racial pelas pessoas negras e, ao mesmo tempo, ao fortalecimento do discurso da miscigenação que tem como pano de fundo a ideologia do embranquecimento, evidenciada pelo psiquiatra e filósofo martinicano Franz Fanon (2008). É verificar que esta ideologia foi eficaz como instrumento na construção de políticas de embranquecimento do currículo escolar (RENCK, 2014)

O trabalho de Fanon contou com a contribuição do intelectual martinicano Aimé Césaire, um dos principais expoentes do movimento da *Négritude*, Césaire denunciou o colonialismo europeu como um sistema estruturalmente baseado na violência, na exploração econômica e na desumanização dos povos colonizados. Em sua obra (CÉSAIRE, 1950), ele argumenta de forma contundente que o colonialismo não se trata de uma missão civilizatória, como frequentemente propagado pelos países imperialistas, mas sim de um processo brutal e sistemático de opressão, dominação e aniquilação cultural das populações subjugadas.

No contexto da educação, ao reivindicar a descolonização dos currículos escolares, a pesquisadora Nilma Lino Gomes aborda como a negação do racismo o naturaliza e, por consequência, aprofunda desigualdades raciais, isso tem implicação direta nos processos educacionais.

> Na educação, a naturalização do racismo e das desigualdades raciais contribuem para negar ou omitir o fato de que esses fenômenos perversos foram construídos nos processos sociais, históricos e políticos de dominação colonial, cuja colonialidade perdura até hoje. Esse jogo complexo, que se dá imerso em complexas relações de poder, não contribui em nada na construção de uma pedagogia da diversidade e acaba reforçando os seculares preconceitos contra as pessoas negras. Não faz a educação avançar em uma perspectiva emancipatória, antirracista e descolonizadora (GOMES, 2020, p. 444).

Nos países cujo racismo tomou a forma “aberta”, ou seja, como ocorreu nos Estados Unidos e suas políticas segregacionistas (Jim Crow) ou a África do Sul com o Apartheid (GUIMARÃES, 1999), ao contrário do Brasil onde é possível verificar a forte existência de um racismo por omissão, as pessoas tendem a assumir o pertencimento racial, o que torna iminente a constituição de uma identidade racial forte (GONZÁLEZ, 2020).

Além disso, a relação consanguínea se apresenta com relevância na definição de quem deve sofrer racismo nos Estados Unidos (DU BOIS, 2022), já o racismo brasileiro se manifesta pelo fenótipo. Trata-se do que o sociólogo Oracy Nogueira chamou de “preconceito de marca” (Estados Unidos) e preconceito de cor (Brasil) (NOGUEIRA, 2007).

Convém mencionar que não se trata de desenvolver um estudo comparativo entre o racismo dos Estados Unidos e o racismo do Brasil, mas sim evidenciar algumas de suas diferenças segundo as quais o norte-americano se percebe explicitamente e o brasileiro é “sem cara, para este racismo, o racista é aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem, desse modo, racismo, para ele, é o racismo do vizinho (o racismo americano)” (GUIMARÃES, 1999, p. 60).

O contraponto ao racismo é o antirracismo, que surge, em sua primeira forma, como um modo de oposição aos processos de expansão colonial europeia a partir do século XV, a qual utilizou a ideia de raça como justificativa para a escravização das populações não brancas (NEVES, 2023). Neves

apresenta como exemplo de luta antirracista as revoltas de países africanos e asiáticos contra a escravidão e a dominação europeia, além das rebeliões de escravizados(as) indígenas nas Américas, o Quilombo dos Palmares no Brasil e o processo de independência do Haiti.

A partir da metade do século XIX, o antirracismo muda de forma ao se deslocar para as lutas pelos direitos civis. Dessa vez, segundo um viés político no processo de consolidação das democracias liberais. Neves destaca que a criação de organizações voltadas aos processos de reivindicação dos direitos civis, assim como a atuação da imprensa negra brasileira teve papel fundamental na legitimação da luta antirracista. Importante ressaltar que a imprensa negra contribuiu efetivamente e desempenhou papel fundamental na construção de uma consciência coletiva negra na luta antirracista (FERNANDES, 1964; MOURA, 1978).

O debate antirracista que inicialmente se apresentou no discurso das elites intelectuais devido a inspiração nas ideias constituídas no âmbito das revoluções iluministas liberais, se expandiu para os grupos discriminados em razão de sua condição racial, que passaram a lutar pela própria cidadania.

Ao considerar que o entendimento do conceito de antirracismo precisa da compreensão de qual racismo está em jogo, Neves (2003) salienta que parte da ideia de que o antirracismo ora discutido está diretamente relacionado ao combate ao racismo, que tem como base a crença na existência de raças biológicas hierarquizadas, segundo a qual há uma superioridade branca em relação às outras, classificadas como inferiores.

Ao proporcionar um entendimento mais pontual do racismo e do antirracismo neste texto, pretendemos anunciar o ponto de partida para apresentar e analisar os dados ora construídos no processo de investigação sobre a produção acadêmica em EFE e educação para ERER, que juntamente com a perspectiva da justiça curricular se apresenta como potente instrumento para o combate ao racismo no contexto escolar (PONCE; FERRARI, 2022).

A ERER consolidou-se como uma pauta central do movimento negro, resultando na formulação de diversas políticas afirmativas (GOMES, 2017). Entre essas políticas, destaca-se a Lei nº 10.639/2003, que, fruto de demandas históricas, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todo o currículo nacional.

Essa legislação busca promover uma educação antirracista, incentivando abordagens pedagógicas alternativas que possibilitem a desconstrução do racismo presente nos currículos oficiais, nos livros didáticos e nas práticas cotidianas das instituições de ensino. Ademais, visa impactar a construção de uma práxis educativa transformadora, capaz de transgredir (HOOKS, 2017) discursos enraizados em perspectivas colonizadoras, heteronormativas, elitistas e adultocêntricas. Os discursos,

que historicamente impuseram uma cosmovisão europeia, influenciam diretamente a educação física escolar e, simultaneamente, são influenciados por ela (CLÍMACO, 2018).

Embora a escola tenha sido identificada por diversos(as) pesquisadores(as) como um espaço de reprodução e manutenção das desigualdades raciais, de gênero, de classe e de geração, também pode atuar como um ambiente privilegiado para uma abordagem educacional transformadora. Sua principal característica deve ser a promoção da reflexão crítica e a recusa ao silêncio diante de temas que afetam minorias sociais.

No campo da educação física, há de se reconhecer a trajetória que reivindica uma educação física escolar (EFE) crítica, voltada para a transformação social (SOARES, 1992; MEDINA, 2005; KUNZ, 2006). O desenvolvimento da produção acadêmica permitiu que questões de gênero, raça e classe fossem problematizadas a partir das pesquisas e debates da área.

Nesse contexto, o livro *Educação Física e Relações Étnico-Raciais: subsídios para a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08* (CORSINO; CONCEIÇÃO, 2016) apresenta uma coletânea de artigos de pesquisadores(as) que analisam a educação física (EF) e as relações étnico-raciais sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Apesar da existência de estudos recentes que discutem o ensino da cultura afro-brasileira na EFE (LIMA; BRASILEIRO, 2020; NÓBREGA, 2020; MALDONADO; NEIRA, 2020; MONTEIRO; ANJOS, 2021), ainda não há uma sistematização abrangente da produção acadêmica sobre a implementação da Lei nº 10.639/03 no contexto da EFE.

Do mesmo modo, quando se pensa no campo da formação docente, há de se questionar como a produção acadêmica em EFE organiza o conhecimento acerca do antirracismo. Apesar de não ser o objeto da pesquisa apresentada neste trabalho, é importante reconhecer que a formação docente para a ERER deve ocupar lugar privilegiado na discussão da EFE antirracista e nas políticas educacionais (SANCHES NETO *et al*., 2021).

Ao desenvolver um estudo colaborativo sobre professores(as)-pesquisadores(as) em educação física negros no contexto do Brasil e dos Estados Unidos, Duke *et al*. (2025) ressaltam que para promover um ambiente acadêmico mais diverso racialmente, não basta apenas oferecer educação a estudantes e professores(as), mas também garantir reflexão crítica sobre a ERER.

Os(as) autores(as) ressaltam que no meio acadêmico, compreender os papéis atribuídos aos(às) docentes negros(as) não implica, necessariamente, reconhecer a responsabilidade estrutural e institucional pelas desigualdades raciais. Com frequência, as expectativas institucionais são baseadas em padrões brancos, desconsiderando os desafios do racismo que marcam a trajetória profissional de professores(as) negros(as).

Além disso, o texto critica medidas universitárias como a exigência de que comitês científicos tenham ao menos um membro com perfil acadêmico diverso, acreditando que essas ações são insuficientes para estabelecer e sustentar práticas antirracistas e de justiça social no contexto acadêmico. O problema está em não enfrentar diretamente as dificuldades de inclusão e em tratar a diversidade como uma questão periférica, em vez de centralizar a promoção da equidade racial em todo o sistema acadêmico.

Utilizando uma abordagem colaborativa de autoestudo qualitativo, foram examinadas narrativas (auto)biográficas com a metodologia S-STEP, que incentiva o desenvolvimento de uma rede de apoio crítico entre pesquisadores(as). Duke *et al*. (2025) destaca as especificidades e desafios enfrentados por quatro pesquisadores(as) antirracistas em diferentes contextos geográficos, além de explorar estratégias para fortalecer projetos colaborativos entre docentes nas universidades.

A pesquisa de Duke *et al*. (2025) reforça a necessidade de estudos que consolidem conhecimentos e promovam a formação continuada de docentes. Além da necessidade de que professores e professoras negras se reconheçam no processo pedagógico como promotores da justiça social (BARRETO *et al*., 2024; SANCHES NETO *et al*., 2023a; 2023b; SANCHES NETO *et al*., 2024), a formação permanente contribui para combater o desconhecimento da obrigatoriedade e importância do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no âmbito da educação (CORSINO, 2015; CORSINO, 2019).

Ao corroborar com a necessidade de uma educação física antirracista, Silva *et al*. (2024) defende a descolonização curricular e uma prática pedagógica que valorize a população negra e indígena, rompendo com a visão eurocêntrica e colonialista tradicional. Eles destacam a importância de tornar visíveis os saberes e as culturas de matriz africana e afro-brasileira, que são frequentemente invisibilizados no ambiente educacional.

Eles defendem que a educação física deve ser orientada para a justiça social, com um enfoque antirracista que passe a incluir, de maneira crítica e reflexiva, os conhecimentos e as realidades da comunidade negra. Isso inclui o reconhecimento do patrimônio cultural negro e indígena, que deve ser incorporado ao currículo escolar.

Além disso, o texto fala sobre a importância de proporcionar aos(às) estudantes um espaço para discutir e compreender as questões raciais e os impactos do racismo, tanto dentro como fora da escola. O objetivo é desconstruir estereótipos e preconceitos sobre as culturas africanas e indígenas, trabalhando essas questões de forma acolhedora e crítica, promovendo uma educação que prepare os(as) estudantes para enfrentar as desigualdades raciais.

Por fim, eles afirmam que, mesmo que os professores não tenham tido formação inicial sobre essas temáticas, é crucial que suas práticas pedagógicas se direcionem para a construção de um projeto político antirracista na sala de aula, com foco na inclusão e no reconhecimento das identidades étnico-raciais dos(as) estudantes.

Ademais, a produção acadêmica em EFE e ERER ainda precisa ser conhecida em sua amplitude, as suas interlocuções com perspectivas como a interseccionalidade (CORSINO, 2015; AUAD; CORSINO, 2018; VENÂNCIO; NÓBREGA, 2020; CORSINO *et al*., 2024; CORTES; PEREIRA, 2024), educação escolar quilombola, decolonialidade, educação indígena e outros (BALESTRIN, 2013; PINHO; PINTO, 2019; SANCHES; VENÂNCIO, 2020; 2022; PEREIRA *et al*., 2024) se fazem cada vez mais presentes no campo das relações étnico-raciais.

Trata-se, portanto, de um campo de estudos emergente que propõe avançar rumo à compreensão e ao combate das injustiças sociais no ensino da educação física. Portanto, compreender as bases e avançar nesse campo de estudos é essencial para fortalecer a prática pedagógica e garantir uma EFE comprometida com a equidade e a justiça social.

METODOLOGIA

A revisão sistemática de literatura (RSL) é caracterizada pela coleta e análise de evidências de forma criteriosa e estruturada, sua função principal é fornecer respostas claras e objetivas a perguntas de pesquisa, com base na síntese de estudos já publicados. A RSL é um tipo de pesquisa muito comum na área da saúde, porém, já tem se expandido para outras áreas (TRANFIELD, 2003).

O primeiro passo consiste na definição do problema e do objetivo da pesquisa. Para isso, é necessário formular uma pergunta bem delimitada, que guiará toda a revisão. Além disso, é fundamental estabelecer os objetivos do estudo, como identificar tendências, analisar lacunas na literatura e compreender como determinado conceito tem sido abordado no campo de estudos. Para isso, foi considerado o protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* - PRISMA (PAGE *et al*., 2021). Para Rabelo *et al*., (2023) o protocolo PRISMA permite e auxilia os(as) pesquisadores(as) na realização de uma revisão sistemática e metanálises com a produção de dados de qualidade.

O protocolo PRISMA é um conjunto de diretrizes que orienta a realização de revisões sistemáticas e metanálises, garantindo transparência, rigor metodológico e reprodutibilidade dos estudos. Seu processo segue uma sequência estruturada de etapas, desde a definição do problema até a publicação dos resultados (PAGE *et al*., 2021).

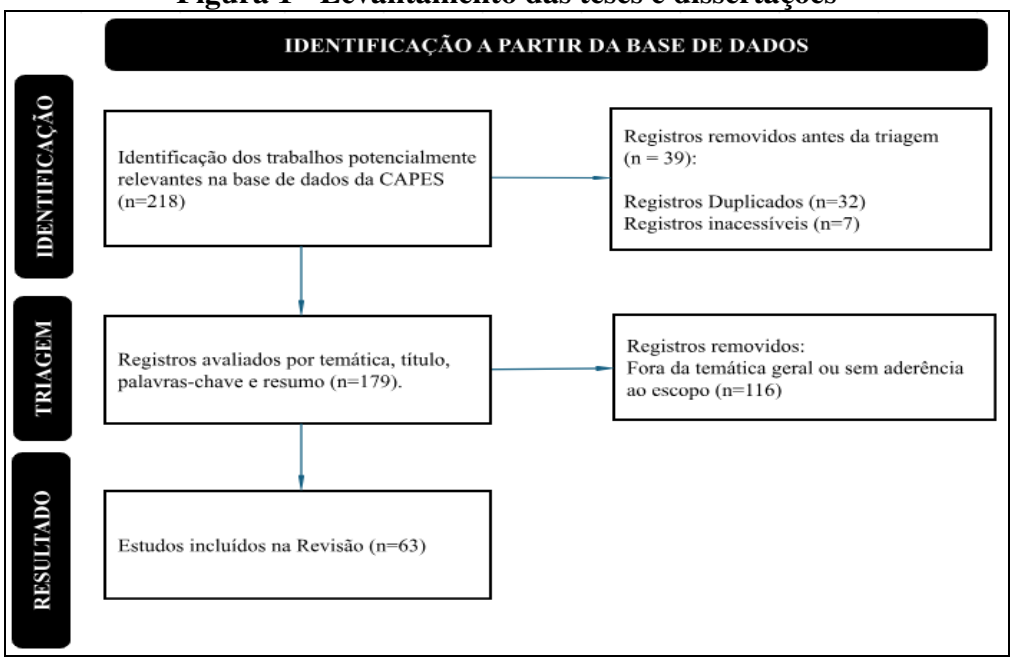
O primeiro passo consistiu na elaboração do protocolo de revisão, a fase seguinte foi a identificação dos estudos, que envolveu a busca sistemática no Catálogo de Teses e Dissertações (CAT) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como critério de seleção do material, consideramos apenas as teses e dissertações publicadas entre os anos de 2003 e 2023, que tivessem como tema EFE e antirracismo.

Para selecionar os trabalhos alinhados ao tema, começamos analisando os títulos, resumos e palavras-chave. Ao surgir dúvidas sobre a relevância do estudo, aprofundamos a leitura, considerando a introdução, metodologia, resultados, discussão e, por fim, as considerações finais. Muitos trabalhos foram excluídos principalmente por não pertencerem ao campo da EFE, concentrando-se, em grande parte, no esporte de alto rendimento. Além disso, a indisponibilidade de algumas teses e dissertações para *download* foi um fator relevante no CAT. Enquanto alguns documentos foram encontrados na BDTD, outros não estavam acessíveis, o que levou à sua exclusão.

É importante mencionar que os dados apresentados neste trabalho representam um recorte de uma pesquisa mais ampla, cuja pergunta é "O que a produção acadêmica em educação física escolar discute sobre educação para as relações étnico-raciais nos programas de pós-graduação brasileiros?"

Para documentar o processo de seleção, Page *et al*. (2021) recomenda o uso de um fluxograma, que registra quantos estudos foram encontrados, quantos foram eliminados e quantos foram incluídos na análise final. A figura 1 a seguir, é um dos elementos centrais da revisão, pois garante a transparência do processo de escolha dos artigos.

Figura 1 - Levantamento das teses e dissertações



Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Page *et al*. (2021)

RESULTADOS

A busca foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações (CAT) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo também utilizado o Banco de Teses e Dissertações (BDTD) da CAPES para localizar trabalhos indisponíveis para *download*. Para a busca, foi considerado um recorte temporal de 2003 a 2023, definido pelo fato de que a Lei nº 10.639 foi publicada em 2003 e, em 2024, muitos trabalhos ainda não estão totalmente disponíveis na plataforma.

Utilizamos descritores bem definidos e operadores booleanos que, ao serem combinados, refinaram os resultados, garantindo um levantamento abrangente. Para a escolha dos descritores, seguindo o trabalho de Zucatto *et al*. (2023), definimos sete termos isolados que apresentaram maior aderência: "10.639", "educação física escolar", "relações étnico-raciais", "afro-brasileira", "decolonial", "antirracista" e "cultura negra".

Em seguida, testamos combinações entre esses descritores com o operador booleano *AND,* ajustando a pesquisa e permitindo, dessa forma, selecionar produções acadêmicas mais pertinentes ao objeto de investigação. Outros termos também foram testados, porém descartados, pois a quantidade de trabalhos encontrados não foi considerada relevante.

As combinações mais significativas escolhidas foram: "educação física" AND "10.639"; "educação física" AND "relações étnico-raciais"; "educação física" AND "afro-brasileira"; "educação física" AND "decolonial"; "educação física" AND "antirracista"; "educação física" AND "cultura negra". Todas essas informações estão descritas na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Mapeamento de Teses e Dissertações com Uso de Descritores Isolados e Combinados

#	Descritor Isolado	Trabalhos Encontrados (Isolados)	Descritor Combinado	Trabalhos Encontrados (Combinados)	Trabalhos Considerados para Análise Após as Exclusões
1	"educação física escolar"	1902	-	-	-
2	"10.639"	1310	"educação física" AND "10.639"	35	10
3	"relações etnico-raciais"	2141	"educação física" AND "relações étnico-raciais"	59	20
4	"afro-brasileira"	3746	"educação física" AND "afro-brasileira"	59	20
5	"decolonial"	3143	"educação física" AND "decolonial"	31	7
6	**"antirracista"**	**1413**	**"educação física" AND "antirracista"**	**24**	**4**
7	"cultura negra"	468	"educação física" AND "cultura negra"	10	2
Total		**14.123**	**Total**	**218**	**63**

Fonte: Elaboração própria.

Em seguida, realizamos a análise de aderência desses materiais, excluindo 116 trabalhos que não atendiam aos critérios, o que corresponde a 53,21% do total pesquisado. Identificamos também 32 publicações duplicadas, representando 14,67%, que foram descartadas para garantir a precisão dos resultados. Por fim, 7 trabalhos não puderam ser acessados para *download*, mesmo após tentativas em diversas fontes, correspondendo a 3,21% do total. Após aplicar os critérios de exclusão, identificamos que 155 trabalhos foram descartados, totalizando 71,1% dos 218 inicialmente identificados.

Nesse sentido, ao realizar uma análise do cenário, identificamos que o volume mais expressivo referente aos trabalhos pesquisados ocorreu a partir do ano de 2017. Nesse período, entre 2017 e 2023, os descritores "educação física escolar" AND "relações étnico-raciais" e "educação física" AND "afro-brasileira" correspondem a 63,26% das publicações do período. Já o descritor com a menor quantidade de trabalhos foi "educação física" AND "cultura negra", com apenas 2 publicações, em todo o período pesquisado, entre os anos de 2003 e 2023.

Os resultados do descritor "educação física" AND "antirracista" foram tratados com centralidade nas análises deste trabalho e potencializam a perspectiva de aumento de publicação nos ultimos anos, o que revela que o conceito e antirracismo na EFE ainda é muito recente. As dissertações identificadas neste campo são analisadas de maneira mais detalhada, com um foco maior nas produções que abordam o antirracismo como objeto de análise das práticas pedagógicas em EFE.

A Tabela 2 apresenta informações das principais características dos 4 trabalhos ligados ao descritor "educação física" AND "antirracista". Das 4 dissertações que foram lidas na íntegra para a sua descrição e análise, 3 foram produzidas em universidades localizadas na região Sudeste e 1 na região Sul do país.

Tabela 2 - Dissertações correspondentes ao descrito "educação física" AND "antirracismo"

Título	Tipo	Ano	Região
Educação antirracista no município de São Paulo: análise das experiências pedagógicas na área de educação física escolar	Dissertação	2019	Sudeste
Corporeidades negras e Educação Física Escolar – construindo práticas antirracistas nos cotidianos da Educação Infantil	Dissertação	2020	Sudeste
A educação física na educação de jovens e adultos: por uma educação antirracista	Dissertação	2023	Sudeste
Cultura urbana e hip hop na educação física: um projeto escolar de educação antirracista no município gaúcho de Novo Hamburgo	Dissertação	2023	Sul

Fonte: Elaboração própria.

A produção acadêmica sobre a EFE antirracista tem sido concentrada entre os anos de 2019 e 2023. Notavelmente, o primeiro estudo com esse enfoque aparece em 2019, seguido por outro em 2020, e mais recentemente, em 2023, outros dois trabalhos com relevância crescente sobre o tema. Essa

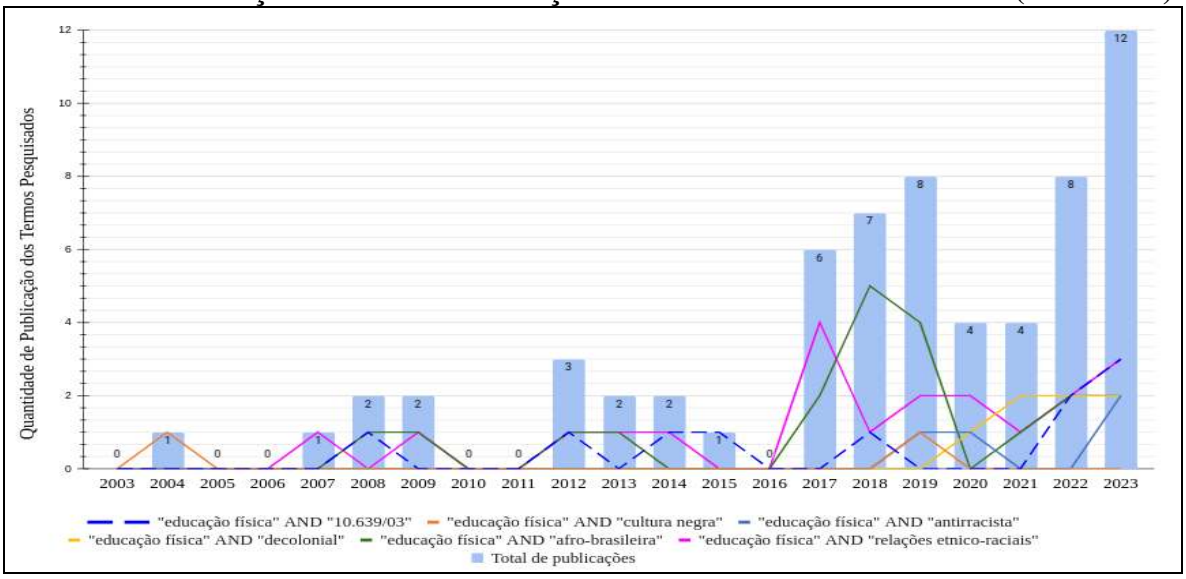
concentração de estudos no período mais recente indica um aumento na busca pela investigação antirracista na EFE.

Importante notar que outros dois trabalhos que poderiam ser relevantes para a pesquisa foram excluídos segundo o critério de indisponibilidade de acesso, a dissertação *Educação física antirracista na educação infantil: anúncio de novas práticas*, defendida no ano de 2022 por Carlos Augusto Franca Ferreira, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Ibirapuera e a dissertação *Por uma educação física antirracista a partir de práticas corporais: desafios e possibilidades*, defendida no ano de 2023 por Fabiana da Silva Conceição, no Programa de Ciências da Atividade Física na Universidade Salgado de Oliveira, ambas concentradas na região sudeste do país, além de contribuir para a avaliação da apropriação do antirracismo na EFE, elevariam o percentual de trabalhos publicados sobre o tema nos últimos anos.

Ao considerar o crescente número de estudos entre os anos de 2019 e 2023, fica evidente a importância de uma EFE que promova uma reflexão crítica sobre as manifestações da cultura afro-brasileira rumo à busca pela justiça social. Essas produções acadêmicas se tornam um ponto fundamental para repensar a EF nas escolas, não apenas como um campo voltado para a aprendizagem de conteúdos específicos, mas como um espaço de transformação social, onde o antirracismo possa ser praticado de forma contínua e sistemática.

A partir desses dados, nos propomos a analisar a produção de teses e dissertações acadêmicas por descritor, a sua trajetória e a relação com a composição total de publicações do ano, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Produção de teses e dissertações na EFE relacionada à ERER (2003-2023)



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 1 apresenta os 63 trabalhos selecionados após o processo de exclusão, divididos pela quantidade total por ano de publicação. Cada linha representa o processo de avanço da produção acadêmica ao longo dos anos, ilustrando a variação na quantidade de estudos em cada período analisado. Dessa forma, o gráfico evidencia o crescimento ou a redução das pesquisas ao longo do tempo, permitindo uma compreensão mais aprofundada das tendências na área.

Entre 2004 e 2016, observamos uma presença inicial e ainda discreta dos temas pesquisados, refletindo um estágio inicial de conscientização e implementação. A partir de 2017, no entanto, há um aumento mais expressivo na produção acadêmica, indicando um crescente interesse acadêmico e institucional sobre as questões relacionadas à EF e relações étnico-raciais, principalmente no que diz respeito ao conceito de antirracismo. Dos 20 anos pesquisados, os últimos 7 anos, de 2017 a 2023, concentram quase 78% de toda a produção, destacando o aumento significativo no período recente, com um ritmo acelerado especialmente em 2022 e 2023.

O ano de 2023 foi o que apresentou a maior quantidade de trabalhos, evidenciando o crescimento da produção acadêmica na área. No total, foram 12 trabalhos, distribuídos da seguinte forma: 3 trabalhos (25%) sobre o descritor “educação física” AND “10.639”, 3 trabalhos (25%) sobre “educação física” AND “relações étnico-raciais”, 2 trabalhos (16,67%) sobre “educação física” AND “afro-brasileiro”, 2 trabalhos (16,67%) sobre “educação física AND “decolonial” e 2 trabalhos (16,67%) sobre “educação física” AND “antirracismo”. Nenhum trabalho foi registrado com o descritor “educação física” AND “cultura negra”.

Uma vez que foi apurado o crescimento das produções nos últimos anos, é interessante analisar com mais profundidade onde esse crescimento se consolidou, observando as publicações por descritores, como mencionado anteriormente. Ao compararmos os dados encontrados entre 2017 e 2023, é possível entender quais temáticas evoluíram mais nesse período e em que medida ocorreram essas evoluções, é o que veremos na Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição de trabalhos por ano de publicação e descritor

Termos	2017	2023	Aumento em percentual	Taxa média de crescimento anual entre 2003 e 2023 - 21 anos	Taxa média de crescimento anual entre 2017 e 2023 - 8 anos (período do aumento)
"educação física" AND "10.639"	4	10	150%	11,59%	12,14%
"educação física" AND "relações étnico-raciais"	9	20	122%	15,33%	10,50%
"educação física" AND "afro-brasileira"	6	20	233%	15,33%	16,24%
"educação física" AND "decolonial"	0	7	-	9,71%	27,54%
"educação física" AND "antirracista"	**0**	**4**	**-**	**6,82%**	**18,92%**
"educação física" AND "cultura negra"	1	2	100%	3,36%	9,05%

Fonte : Elaboração própria.

Comparando os dados até 2017 com os dados de 2017 a 2023, período em que se deu o aumento indicado na Tabela 3, conseguimos fazer algumas análises que nos permitem entender os dados apresentados com mais profundidade.

Com esta análise é possível perceber que, além do aumento geral observado em todos os trabalhos, os descritores "decolonial" e "antirracista" também apresentaram um crescimento significativo nos últimos anos. Entre 2017 e 2023, a taxa média de crescimento anual para "educação física" AND "antirracista" foi de 6,82%, enquanto no período de maior crescimento (2017-2023), essa taxa subiu para 18,92%, destacando a tendência de crescimento e discussões com ênfase no conceito de antirracismo na EFE.

DISCUSSÃO

George Dei (2008) chama a atenção para a necessidade de que algumas perguntas sejam realizadas por pesquisadores e pesquisadoras que pretendem discutir a questão racial. Para o autor, há de se questionar quais são os pressupostos epistemológicos, ontológicos e axiológicos específicos que subjazem a investigação antirracista. Quais são os métodos requeridos na investigação? O que distingue a metodologia antirracista das metodologias de investigação de outras ciências sociais? De que modo olhamos para a colaboração no seio dos investigadores(as) antirracistas? Quais são os projetos políticos específicos para levar a cabo a investigação?

Ao se afastar do debate sobre tolerância e diversidade, a pesquisa antirracista tem a diferença e o poder como *lócus* de análise, sendo que a raça e o racismo adquirem centralidade no modo como reivindicamos os variados espaços. Dei (2008) pontua a importância de evidenciar a diferença entre o antirracismo e as noções hegemônicas de multiculturalismo liberal, tendo em vista que o segundo tem como função “promover a diversidade cultural enquanto componente intrínseco da ordem social, política e moral” (DEI, 2008, p. 13).

Os questionamentos ora desenvolvidos por George Dei são direcionados como pressupostos para a consolidação de uma educação antirracista, o autor chama a atenção para princípios imprescindíveis para que a investigação antirracista de fato seja concretizada.

“Educação antirracista no município de São Paulo: análise das experiências pedagógicas na área de educação física escolar”

A dissertação *Educação antirracista no município de São Paulo: análise das experiências pedagógicas na área de educação física escolar*, defendida no ano de 2019 no Programa de Pós-

Graduação em Educação na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) por Carolina Nóbrega, discute as intervenções pedagógicas de professores(as) de educação física voltadas à educação antirracista. Carolina alegeu como pergunta de pesquisa: *em que medida as aulas de educação física têm contribuído com a promoção da educação antirracista?*

Notamos que o antirracismo parece adquirir importância central em sua pesquisa. O trabalho da autora ressalta que a educação física antirracista busca transformar a escola em um espaço de reconhecimento, resistência e valorização da cultura negra. Para isso, é fundamental que os(as) professores(as) compreendam como as culturas afro-brasileiras e africanas foram historicamente excluídas dos currículos e, a partir dessa consciência, adotem práticas pedagógicas que promovam a inclusão e a diversidade.

Essa abordagem reforça a importância de resgatar a história da população negra e recriar estratégias educativas que fortaleçam identidades e promovam o pertencimento. Além disso, leva em conta as relações étnico-raciais e os conflitos resultantes do racismo estrutural, abordando a maneira como a sociedade brasileira, marcada por variadas formas de opressão, influencia a exclusão do corpo negro na EFE.

Neste sentido, Nóbrega questiona a ênfase dado ao racismo individual, aquele que considera apenas os processos de discriminação pessoalizados, ressaltando a necessidade de ações que possam combater o racismo estrutural, o qual impossibilita o acesso da população negra a uma vida melhor. O debate realizado por Nóbrega se relaciona com o que Almeida (2019) chamou de racismo individual e racismo estrutural, para o autor, o racismo individual, por vezes, gera comoção, mas em muitos momentos, o maior problema está na estrutura, ou seja, as ações antirracistas devem ser voltadas ao combate ao racismo enquanto estrutura social.

O texto chama a atenção para a Lei nº 10.639/2003, que exige que as escolas repensem a forma como lidam com a identidade e a história afro-brasileira, integrando esses conhecimentos de maneira política e pedagógica. A EF precisa assumir um novo papel, articulando-se com os movimentos sociais e a produção acadêmica para promover um ensino que valorize a diversidade étnico-racial e combata as desigualdades.

Um dos aspectos que chamam a atenção na pesquisa de Nóbrega e que é consenso na área da educação e para as relações étnico-raciais (SILVA; EUGÊNIO, 2022) é a importância da articulação da EFE com o Movimento Negro e o fato de que a EFE, quando construída numa perspectiva antirracista, ela também contribui para a construção da escola enquanto instituição antirracista. Para isso, é necessário um processo de resistência e transformação curricular que incorpore a identidade negra como parte crucial da formação escolar, rumo a um ensino mais democrático, inclusivo e socialmente justo.

“Corporeidades negras e Educação Física Escolar: construindo práticas antirracistas nos cotidianos da Educação Infantil”

A dissertação *Corporeidades negras e Educação Física Escolar: construindo práticas antirracistas nos cotidianos da Educação Infantil,* defendida no ano de 2020, no Programa de Pós-Graduação de Processos Formativos e Desigualdades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por André dos Santos Souza Cavalcanti, discute as microações afirmativas como possibilidade de contribuição para uma EFE antirracista na Educação Infantil (EI).

Por meio de uma pesquisa narrativa com experiências vividas, o autor promove uma aproximação entre corporeidades, relações étnico-raciais e EFE na EI. Valores civilizatórios afro-brasileiros como cooperatividade, corporeidade, oralidade e a circularidade, assumem centralidade na proposição de práticas pedagógicas para as crianças.

O autor chama a atenção para os reducionismos aos quais a EF ainda é submetida. Ainda hoje, dentro e fora da escola, a EF é frequentemente relacionada ao alto rendimento e à performance física, o que pode excluir e desconsiderar as individualidades dos(as) alunos(as). No entanto, práticas como esporte, jogo, luta e dança são expressões culturais e históricas da humanidade e devem ser abordadas de maneiras distintas na escola.

O texto apresenta o argumento de que para a consolidação de uma EFE antirracista é importante compreender os processos históricos que sustentam o racismo, especialmente ao considerar que a maioria da população brasileira se declara parda ou preta. Para contribuir com este debate, o autor busca aproximar as discussões sobre corporeidade, etnicidade e EF na infância.

O autor discute o antirracismo como uma necessidade fundamental na EFE, especialmente no contexto brasileiro, onde o racismo estrutural e a marginalização da população negra foram historicamente construídos. Ele enfatiza que a Educação Física tem sido utilizada como ferramenta de controle dos corpos e disseminação de ideologias racistas, contribuindo para a exclusão e invisibilização do negro na sociedade.

Para combater essa realidade, o autor destaca a importância das microações afirmativas, que se referem a práticas pedagógicas contínuas e sistemáticas realizadas por professores(as) no cotidiano escolar para superar o racismo. Essas ações são essenciais para construir uma escola e uma sociedade antirracista, rompendo com o mito da democracia racial e promovendo uma educação mais inclusiva.

O estudo do autor busca contribuir para a implementação de práticas pedagógicas que deem voz ao corpo negro e promovam o reconhecimento da diversidade étnico-racial na escola, utilizando uma abordagem baseada na práxis-ação e reflexão para transformação social

“A educação física na educação de jovens e adultos: por uma educação antirracista”

A dissertação *A educação física na educação de jovens e adultos: por uma educação antirracista*, defendida no ano de 2023, no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por Lara Holmes de Rezende Serrano, discute a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como campo fértil para a promoção de uma educação antirracista na EFE.

O objetivo da pesquisa foi *analisar as consequências da racialidade e sua presença na Educação Física escolar e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).* A pesquisa sugere que a EJA deve abordar o racismo e as práticas corporais assumir uma posição importante neste cenário, levando em conta as experiências dos(as) estudantes, muitos dos(as) quais enfrentam dificuldades para continuar seus estudos devido à desigualdade racial.

A autora destaca a constituição histórica da EF no Brasil enquanto área subordinada às ciências médicas e biológicas e o direito à educação como uma bandeira central na constituição da EJA, chamando a atenção para o perfil dos(as) estudantes, os quais, antes de retornar ao caminho da escolarização, passam por processos de marginalização e exclusão do ambiente escolar, também, devido a condição racial.

A metodologia inclui relatos da práxis docente e destaca a necessidade de integrar as práticas corporais no ensino para entender e combater a opressão racial. A EJA, por ser uma modalidade da educação básica que lida com jovens e adultos, muitos dos quais são racialmente marginalizados, é vista como um espaço importante para o debate sobre o racismo. A pesquisa propõe, portanto, a implementação de uma educação antirracista, onde as práticas corporais possam contribuir para o reconhecimento e a transformação das desigualdades sociais.

O conceito de antirracismo discutido no texto envolve a valorização das identidades negras e de outras culturas marginalizadas. Essa abordagem busca desconstruir as lógicas coloniais que ainda influenciam o currículo escolar e a sociedade em geral. A educação antirracista, nesse contexto, propõe uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas, destacando a importância de incluir questões raciais nas diversas disciplinas, como Educação Física, Artes e História, para que os(as) alunos(as) se conscientizem das lutas históricas do povo negro no Brasil.

O feminismo negro e a sua contribuição para o pensamento sobre as formas de opressão racial e de gênero também são abordadas no texto como uma necessidade. As reflexões apresentadas na dissertação corroboram com Auad e Corsino (2018) e Corsino *et al*. (2024), que discutem a contribuição dos feminismos, em especial o feminismo negro, para a EFE. Para isso, os(as) autores(as) chamam a

atenção para o conceito de coeducação como ferramenta importante para a consolidação de uma EFE antirracista.

> Uma educação antirracista, então, faz olhar para a Educação Física de outra maneira, como forma de um instrumento formativo que combata preconceitos de uma sociedade patriarcal. É possível, portanto, considerar que a concepção de EF física mais adequada para esse objetivo, é ser organizada e desenvolvida de forma dialógica e crítica (trecho da dissertação, p. 64).

Junto às contribuições do feminismo negro, o trabalho também menciona a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares, como uma das iniciativas que buscam mudar a forma como as identidades negras são tratadas nas escolas e, portanto, como uma possibilidade fortalecimento na busca por uma educação física antirracista.

O antirracismo, no texto, também está relacionado à perspectiva de descolonização do currículo, de modo a ampliar as práticas pedagógicas para que elas não apenas reproduzam as narrativas hegemônicas socialmente estabelecidas. É possível perceber que a pesquisa direciona para a necessidade de estratégias e ações pedagógicas que tenham como lócus de intervenção a discussão sobre o racismo por meio das manifestações da cultura corporal de movimento. Para a autora, uma educação física antirracista é aquela que promove ações diretas de combate ao racismo nas práticas pedagógicas.

A investigação está ancorada em uma epistemologia crítica, voltada para a justiça social e a equidade racial. Esses pressupostos sustentam a defesa de uma EF e de um currículo escolar que combatam o racismo e promovam a valorização da diversidade cultural. Ao propor o diálogo com os(as) estudantes de modo a valorizar os seus saberes e construir um currículo que faça sentido para eles(as), a autora prioriza a experiência dos sujeitos racializados e promove a valorização das identidades negras.

“Cultura urbana e hip hop na educação física: um projeto escolar de educação antirracista no município gaúcho de Novo Hamburgo”

A dissertação *Cultura urbana e hip hop na educação física: um projeto escolar de educação antirracista no município gaúcho de Novo Hamburgo*, defendida no ano de 2023, no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por Josias Góis Soares, discute o *Hip Hop* como possiblidade de promoção de uma educação antirracista na EFE.

O objetivo do projeto foi *analisar os impactos de um projeto de educação antirracista desenvolvido nas aulas de Educação Física em uma escola de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, região de predomínio da cultura teuto-brasileira*. A pesquisa partiu de um projeto pedagógico chamado

"Cultura urbana" e envolveu disciplinas como Arte, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Articulação e Saberes.

O pesquisador analisou registros escolares e de interação dos(as) estudantes, por meio das redes sociais, trabalhos escolares, interações em aplicativos, gravações de aulas por vídeo e outras. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que desenvolveu uma análise documental dos registros.

O professor inicia relatando sua vivência em um bairro marcado por grandes desigualdades socioeconômicas e violência, onde a convivência com o racismo era parte do cotidiano. Crescendo no Partenon, em Porto Alegre, ele presenciou realidades de abandono e exclusão, experiências que moldaram sua trajetória pessoal e profissional. Desde 2014, atuando na rede pública, ele tem buscado transformar essas vivências em reflexões e práticas pedagógicas que possam enfrentar a desigualdade étnico-racial.

Ao se mudar para Novo Hamburgo, cidade de forte tradição teuto-brasileira, o professor aprofundou sua compreensão sobre o racismo estrutural, que o levou a idealizar o projeto "Cultura Urbana". Baseado nos princípios e valores da Cultura *Hip Hop*, o projeto buscou sensibilizar e conscientizar estudantes sobre a verdadeira história da escravização, os impactos do apagamento histórico da África e a persistência do racismo. Com atividades interdisciplinares, envolvendo disciplinas como Educação Física, Arte, Língua Portuguesa e Inglesa, o projeto integrou elementos como *Breaking*, *graffiti* e *rap* para promover uma educação antirracista.

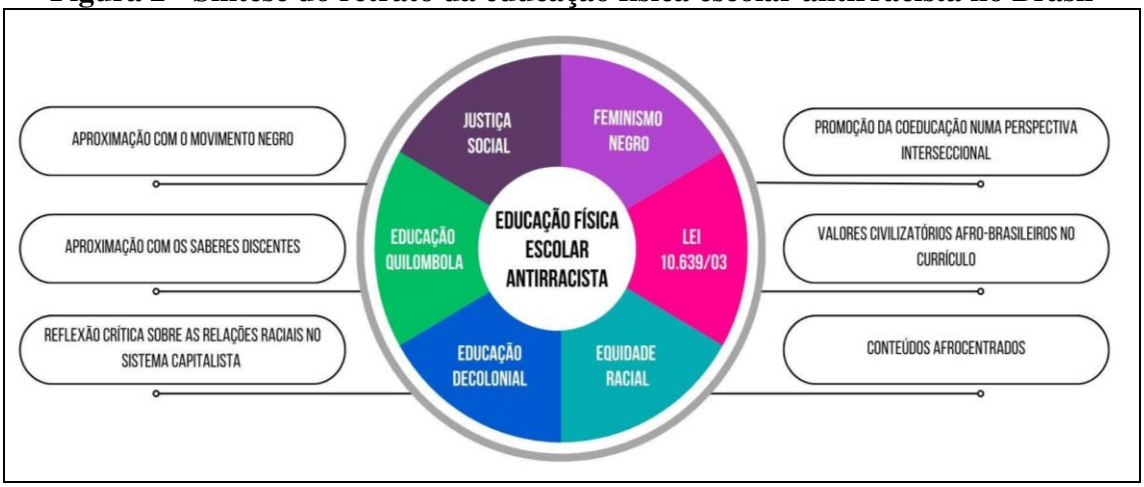
Diante dos impactos e da relevância do projeto na comunidade escolar, o professor transformou essa iniciativa no objeto de sua pesquisa de mestrado. Sua investigação explora como um projeto de educação antirracista, fundamentado na Cultura Hip Hop, pode influenciar o posicionamento dos estudantes frente ao racismo estrutural, especialmente em um contexto de tradição cultural eurocêntrica. A dissertação, estruturada em diversos capítulos, analisa tanto a reprodução de currículos excludentes quanto às potencialidades de práticas pedagógicas que promovem a desconstrução do racismo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A pesquisa desenvolvida apresenta 3 eixos que são chamados pelo ator de "feitos expressivos", a saber: *1) resistência ao Projeto Cultura Urbana e à temática do racismo no início, 2) percepção do racismo e privilégio branco na construção da desigualdade étnico-racial, 3) valorização do Projeto Cultura Urbana e um posicionamento em relação ao racismo no final (de modo descontraído e engajado).*

As quatro dissertações analisadas compartilham um objetivo comum: propor e/ou desvendar uma EFE antirracista, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade livre de desigualdades raciais. A leitura atenta do material permitiu identificar que uma EFE antirracista, conforme delineado nas

propostas estudadas, incorpora princípios fundamentais. Esses princípios convergem com a concepção de educação antirracista apresentada por Dei (2008), compreendendo tanto os processos de investigação quanto as práticas pedagógicas. Os princípios podem ser visualizados na figura a seguir:

Figura 2 - Síntese do retrato da educação física escolar antirracista no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

A primeira camada (colorida) abrange princípios essenciais que fornecem a base teórica e normativa para a construção de uma EFE antirracista. Essa camada contempla conceitos, campos de estudo, cosmovisões e legislações fundamentais que estruturam e orientam práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e a justiça social.

De acordo com a análise das dissertações, a proposta não busca estabelecer um modelo rígido sobre o que caracteriza uma EFE antirracista. Pelo contrário, o objetivo é evidenciar aspectos fundamentais que, conforme apontado nos estudos analisados, são indispensáveis para que essa perspectiva se concretize no ambiente escolar. Esses elementos funcionam como pilares para a elaboração de práticas pedagógicas que questionam e combatem desigualdades raciais no contexto educacional.

É importante destacar que os princípios apresentados nesta camada não são conceitos isolados, mas sim interligados, podendo se sobrepor e reforçar mutuamente. Um exemplo dessa interseção é a relação entre Equidade Racial, Justiça Social e a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. A Equidade Racial, enquanto princípio estruturante da Justiça Social, também é um dos objetivos fundamentais dessa legislação, demonstrando como os conceitos dialogam e se complementam. Essa sobreposição não representa um problema, mas sim um reflexo da complexidade e da interdependência dos elementos que compõem uma educação antirracista.

Nesse panorama, a primeira camada reúne princípios fundamentais, como o *Feminismo Negro*, que traz contribuições importantes sobre interseccionalidade e desigualdades estruturais; a Educação Quilombola, que valoriza os saberes e práticas das comunidades quilombolas e propõe uma educação conectada com a ancestralidade e a resistência negra; e a Educação Decolonial, que desafia perspectivas eurocêntricas e propõe novos olhares sobre o conhecimento e os saberes locais.

Além disso, a *Justiça Social* aparece como um princípio indispensável para a construção de uma sociedade mais equitativa, garantindo que todas as pessoas tenham acesso a oportunidades e direitos de maneira justa. A Equidade Racial reforça esse compromisso ao enfatizar a necessidade de políticas e práticas educacionais que considerem as desigualdades históricas e estruturais enfrentadas pela população negra. Complementando esses princípios, a Lei nº 10.639/03 e os documentos que a regulamentam funcionam como diretrizes legais que fundamentam ações concretas para a promoção de uma educação antirracista nas escolas.

Dessa forma, a primeira camada estabelece as bases conceituais e normativas que orientam o desenvolvimento de uma Educação Física Escolar comprometida com a luta contra o racismo, garantindo que a prática pedagógica esteja alinhada com os princípios da equidade, do reconhecimento das identidades negras e da valorização da diversidade cultural.

A segunda camada contempla princípios fundamentais que devem ser considerados no contexto das práticas pedagógicas em EFE, garantindo uma abordagem mais inclusiva, crítica e alinhada às perspectivas antirracistas. Esses princípios estabelecem conexões diretas com os elementos da primeira camada, funcionando como desdobramentos aplicáveis ao ambiente escolar.

Dentre esses princípios, destaca-se a *aproximação com o Movimento Negro*, que reconhece a importância histórica e política dessa articulação social na luta contra o racismo e na valorização da cultura afro-brasileira (GOMES, 2017). Na EFE, essa aproximação pode ocorrer por meio da incorporação de referências históricas e culturais vindas do Movimento Negro, da inclusão de debates sobre a resistência negra e da valorização de práticas corporais e expressões culturais de matriz africana.

Outro princípio é a *valorização dos saberes discentes*, que pressupõe o reconhecimento dos conhecimentos e vivências dos estudantes como parte integrante do processo educativo. No contexto da EF, isso significa compreender e respeitar as experiências corporais dos(as) estudantes, promovendo atividades que dialoguem com suas realidades e ampliem suas percepções sobre identidade, corporeidade e cultura. Nessa perspectiva, o Planejamento Participativo (PP) como estratégia de construção do plano de ensino tem sido discutida (CORREIA, 1996; SILVA, 2020), parece que uma perspectiva que permita a participação ativa dos sujeitos no processo de planejamento, seleção de temáticas cujo os saberes que façam sentido à comunidade dos estudantes privilegia o caminho da

educação antirracista na EFE. O planejamento intencionalmente realizado para uma EF coeducativa é um bom exemplo de construção do PP com vistas a uma perspectiva de justiça social (GOMES *et al*. 2024).

A *reflexão crítica sobre as relações raciais no sistema capitalista* surge como um elemento estruturante para uma EFE antirracista. Esse princípio aponta para a necessidade de compreender como o racismo está enraizado em estruturas socioeconômicas e como ele se manifesta nas práticas esportivas e corporais. Questões como acesso ao esporte, representatividade, desigualdade de oportunidades e a mercantilização do corpo negro podem ser debatidas de maneira crítica, promovendo maior consciência social entre os estudantes.

A *promoção da coeducação sob uma perspectiva interseccional* busca integrar diferentes marcadores sociais, como raça, gênero e classe, na análise das práticas pedagógicas. A interseccionalidade permite uma compreensão mais ampla das opressões e desafios enfrentados por diferentes grupos sociais (AUAD E CORSINO, 2018; CORSINO *et al*., 2024). No ensino da Educação Física, isso implica questionar padrões eurocêntricos e hegemônicos sobre corpo e desempenho, além de criar espaços onde todas as identidades sejam respeitadas e valorizadas.

A *inclusão de conteúdos afrocentrados* reforça a necessidade de um currículo que contemple e valorize a cultura africana e afro-brasileira. Jogos, danças, lutas e manifestações corporais de origem africana, como a capoeira, o jongo e as danças afro-brasileiras, devem fazer parte do repertório pedagógico da EFE, possibilitando o reconhecimento e a valorização dessas expressões na escola.

Por fim, a *incorporação de valores civilizatórios afro-brasileiros no currículo* visa fortalecer uma educação pautada em princípios como coletividade, respeito, ancestralidade e solidariedade. Esses valores podem ser aplicados nas práticas pedagógicas da Educação Física por meio da promoção de atividades cooperativas, da valorização do trabalho em grupo e do incentivo a relações interpessoais baseadas no respeito e na equidade.

Dessa forma, a segunda camada estabelece diretrizes que, quando aplicadas à EFE, contribuem para a construção de um ambiente educativo mais democrático, crítico e comprometido com a superação das desigualdades raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas demonstraram que a utilização do conceito de antirracismo na EFE está em expansão e tende a se aprofundar nos próximos anos, acompanhando o avanço das discussões sobre equidade racial na sociedade. Esse crescimento reflete não apenas um maior reconhecimento da

necessidade de combater o racismo nas práticas educacionais, mas também um esforço contínuo de pesquisadores(as), educadores e formuladores(as) de políticas públicas para incorporar princípios de justiça social no ensino da EF.

A inclusão de perspectivas antirracistas na EF tem se manifestado por meio da reformulação de currículos, da adoção de metodologias mais inclusivas, do incentivo ao debate crítico sobre questões raciais no ambiente escolar e da aproximação com o movimento negro. Além disso, a valorização de práticas corporais de diferentes culturas e a desconstrução de estereótipos são aspectos fundamentais neste processo. Com esse avanço, esperamos que a EF se torne cada vez mais um espaço de reflexão, respeito à diversidade e promoção da equidade, contribuindo para a formação de cidadãos e cidadãs mais conscientes e engajados na luta contra o racismo.

Os quatro trabalhos corroboram que a investigação que se pretende ser antirracista precisa ser construída juntamente com os sujeitos envolvidos. Na escola, há de se ouvir os(as) estudantes, compartilhar os avanços e planejar em conjunto. Trata-se de uma forma de transgredir o modo como as investigações sobre as minorias sociais têm sido realizadas, ou seja, uma forma de descolonizar a investigação social e a prática pedagógica, bem como proporcionar aos sujeitos uma participação ativa que incorra em mudanças concretas em suas realidades.

Apesar de as pesquisas realizarem investigações em contextos diversos como o EJA, a educação infantil e o ensino fundamental, o que requer abordagens diferentes nestes segmentos, é importante perceber como os temas da seis camadas coloridas da figura 2 dialogam nas dissertações e os seus desdobramentos contribuem para a construção de ações e estratégias necessárias para uma EFE antirracista.

Longe de concluir o trabalho, ressaltamos que as análises desenvolvidas indicam uma contribuição importante para o campo da EFE, ao detectar e apresentar princípios centrais que têm sido utilizados na construção daquilo que tem sido chamado de EF antirracista.

Assim, apesar de suas limitações, como a ausência de uma análise dos artigos científicos sobre EFE e antirracismo, este estudo representa um passo inicial na sistematização do conhecimento produzido na área ao longo das últimas décadas. A ampliação dessa investigação, incluindo uma revisão mais detalhada da produção acadêmica em periódicos, poderá contribuir para um entendimento ainda mais sólido das tendências, desafios e avanços nesse campo. Ainda assim, os achados deste trabalho já evidenciam progressos significativos no que se refere à construção de uma EFE comprometida com a luta antirracista, reforçando a importância de um debate contínuo e de práticas pedagógicas que promovam a equidade e a inclusão no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

AUAD, D.; CORSINO, L. N. "Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar". **Revista Estudos Feministas**, vol. 26, 2018.

BAIRROS, L. "Nossos Feminismos Revisitados". **Revista Estudos Feministas**, n. 3, 1995.

BALESTRIN, L. "América Latina e o giro decolonial". **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, 2013.

BARRETO, S. M.; CORSINO, L. N.; CONCEIÇÃO, W. L. "Autoestudio de incidentes críticos desde la perspectiva de la justicia curricular". **Alteridad: Revista de Ciencias Humanas, Sociales y Educación**, vol. 20, 2025.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília: Planalto, 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/02/2025.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/02/2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 12/02/2025.

CARNEIRO, S. "Dispositivo de racialidade: a filosofia antirracista de Sueli Carneiro". **Blog Novos Estudos** [2023]. Disponível em: <www.novosestudos.com.br>. Acesso em: 12/02/2025.

CÉSAIRE, A. **Discours sur le colonialisme**. Paris: Editions Réclame, 1950.

CLÍMACO, J. C. *et al*. "A educação física e a lei 10.639/03: articulando com as matrizes africanas em Salvador". **Revista da ABPN**, vol. 10, 2018

CORREIA, W. R. "Planejamento participativo e o ensino de educação física no 2º grau". **Revista Paulista de Educação Física**, n. 2, 1996.

CORSINO, L. N. "O ensino de história e cultura afro-brasileira na concepção de docentes de duas escolas da rede estadual de São Paulo". **Cenas Educacionais**, vol. 4, 2021.

CORSINO, L. N. "Raça, gênero e a lei 10.639/03 no âmbito da educação física escolar: percepções docentes". **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, vol. 1, n. 2, 2015.

CORSINO, L. N. *et al*. "Educação física escolar e interseccionalidades: da coeducação ao antirracismo na experiência mimética com a juventude". **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol. 46, 2024.

CORSINO, L. N.; CONCEIÇÃO, W. L. **Educação física escolar e relações étnico-raciais**: subsídios para a implantação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Curitiba: Editora CRV; 2016.

CORTES, S. G. O.; PEREIRA, M. C. "Rumos da pesquisa brasileira em educação física escolar e a interseccionalidade". **Corpoconsciência**, vol. 28, 2024.

DAVIS, A. **Freedom is a Constant Struggle**: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement. Chicago: Haymarket Books, 2016.

DAVIS, A. **Women, Race and Class**. New York: Vintage Books, 1981.

DEI, G. J. S. "Questões críticas nas metodologias de investigação antirracistas: uma introdução". *In*: DEI, G. J. S.; JOHAL, JOHAL, G. S. (orgs.). **Metodologias de investigação antirracistas**: questões críticas. Mangualde: Edições Pedago, 2008.

DU BOIS, W. E. B. **Almas da gente negra**. São Paulo: Editora Todavia, 2022.

DUKE, D. A. *et al*. "Towards anti-racism within higher education: experiencing academia as Black faculty in Brazil and the USA". **SN Social Sciences**, vol. 5, 2025.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Edusp, 1965.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. "Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração". **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, vol. 23, n. 1, 2014.

GOMES, L. F. M. *et al*. "Eu achei a aula de Educação Física mais proveitosa, porque da outra vez eu não participei": relações de gênero no planejamento participativo em duas escolas públicas no Ceará. **Revista Corpoconsciência**, vol. 28, 2023.

GOMES, N. L. "O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas". **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**, vol. 13, n. 39, 2020.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro Educador**: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HOOKS, B. **Educar para transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

KENDI, I. X. **Como ser um antirracista**. Rio de Janeiro: Editora Alta Cult, 2019.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

LIMA, I. T. G.; BRASILEIRO, L. T. "A cultura afro-brasileira e a educação física: um retrato da produção do conhecimento". **Movimento**, vol. 26, 2020.

MALDONADO, D. T.; NEIRA, M. G. "O lugar da cultura negra, afro-brasileira e indígena nas aulas de educação física". **Caderno de Educação Física e Esporte**, vol. 19, n. 3, 2021.

MEDINA, J. P. S. **A Educação Física cuida do corpo... e mente**: bases para a renovação e transformação da Educação Física. Campinas: Editora Papirus, 2005.

MONTEIRO, P. T.; ANJOS, J. L. "A educação física e a identidade étnico-racial: o estado da arte nas revistas brasileiras de educação física". **Motrivivência**, vol. 32, n. 61, 2020.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NEVES, P. "Antirracismo". *In*. RIOS, F. *et al*. (orgs.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2023.

NÓBREGA, C. C. S. "Por uma educação física antirracista". **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, vol. 34, 2020.

NOGUEIRA, O. "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil". **Tempo Social**, vol. 19, n. 1, 2007.

PAGE, M. J. *et al*. "The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews". **The BMJ**, n. 71, 2021.

PEREIRA, A. S. M. *et al*. "Educação Indígena: o que se tem pesquisado?". **Debates em Educação**, vol. 16, n. 38, 2024.

PINHO, V. A.; PINTO, F. C. "Educação escolar quilombola: uma reflexão no contexto da educação para as relações étnico-raciais". **Fórum Identidades**, vol. 30, n. 1, 2019.

PONCE, B. J.; FERRARI, A. R. S. "Educação para a superação do racismo no contexto de uma escola pública". **Práxis Educativa**, vol. 17, 2022.

QUIJANO, A. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RABELO, A. H. A. *et al*. "Governança e arranjos institucionais no programa minha casa, minha vida: uma visão sistemática de literatura". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 18, n. 52, 2024.

RAMOS, A. G. "O problema do negro na sociologia brasileira". **Cadernos de Nosso Tempo**, vol. 2, n. 2, 1954.

RENK, V. E. "O estado e as políticas de branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná". **Acta Scientiarum Education**, vol. 36, n. 2, 2014.

SANCHES NETO, L. *et al*. "A socially-critical curriculum for PETE: students' perspectives on the approaches to social-justice education of one Brazilian programme". **Sport, Education and Society**, vol. 26, n. 7, 2021.

SANCHES NETO, L. *et al*. "Pausing to breathe, but is it possible to pause whiteness in teaching and teacher education? Narratives of four brazilian physical education teacher-researchers". *In*: CAMERON-STANDERFORD, A. *et al*. (orgs.). **Pausing at the threshold**: Opportunity through, with, and for self-study of teacher education practices. Herstmonceux: Equity Press, 2023a.

SANCHES NETO, L. *et al*. "Perspectives on social justice when becoming a teacher-researcher in the practicum: insights from physical education teacher education". **Frontiers in Education**, vol. 8, 2023b.

SANCHES NETO, L. *et al*. "Readdressing democracy and social justice: coping with inequalities in physical education". **Curriculum Perspectives**, vol. 1, 2024.

SANCHES NETO, L.; VENÂNCIO, L. "A educação física antirracista e a luta por visibilidade dos/as afro-latinos/as como desafio curricular". **Revista Fórum Identidades**, vol. 36, n. 1, 2022.

SANCHES NETO, L.; VENÂNCIO, L. "A luta por visibilidade dəs afrolatinəs como desafio curricular à educação física antirracista". *In*: FILGUEIRAS, I. P.; MALDONADO, D. T. (orgs.). **Currículo e prática pedagógica de educação física escolar na América Latina**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

SCOTT, J. "O enigma da igualdade". **Revista Estudos Feministas**, vol. 13, n. 1, 2005.

SILVA, A. C. S.; EUGENIO, B. G. "Relações étnico-raciais e currículo na educação básica: estado do conhecimento nas teses e dissertações (2009-2019)". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 11, n. 31, 2022.

SILVA, P. A. **Planejamento participativo nas aulas de educação física escolar**: significados existentes nessa proposta (Dissertação de Mestrado em Educação). São Paulo: PUCSP, 2020.

SOARES, C. L. *et al*. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. "Towards a methodology for developing evidence informed management knowledge by means of systematic review". **British Journal of Management**, vol. 14, 2003.

VENÂNCIO, L.; NOBREGA, C. C. S. (orgs.). **Mulheres negras professoras de educação física**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

ZUCATTO, L. C. *et al*. "Políticas públicas para a educação básica: uma revisão sistemática de literatura". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 47, 2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 22 | Nº 64 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima